

## PODER

## Ações para defender Moraes de sanção

Advocacia-Geral da União deve recorrer administrativamente e no Judiciário dos EUA contra a inclusão de ministro na Lei Magnitsky

» FABIO GRECCHI

A Advocacia-Geral da União (AGU) fará a defesa do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), por conta do enquadramento do magistrado na Lei Magnitsky — norma adotada pelo governo norte-americano que sanciona violadores dos direitos humanos e pessoas envolvidas em rumoresos casos de corrupção internacional. A ideia é fechar com o próprio magistrado a estratégia, que pode envolver outros integrantes da Corte, e atuar em duas frentes nos Estados Unidos.

O primeiro passo seria um recurso administrativo ao Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA (OFAC na sigla em inglês), demonstrando a impropriedade do enquadramento de Moraes. Entre os argumentos, os representantes legais do ministro demonstrarão que ele é integrante do Poder Judiciário de um país que desfruta do Estado Democrático de Direito, apesar das afirmações erradas feitas por integrantes do governo norte-americano — que acusam-no de perseguir o ex-presidente Jair Bolsonaro (réu no STF por envolvimento na tentativa de um golpe de Estado) e de promover a censura no Brasil a determinar que contas em plataformas de redes sociais sejam tiradas do ar por incitarem o ódio contra o Supremo.

Enfatizarão, ainda, ao OFAC, que a sanção a Moraes é um ataque às instituições republicanas e à soberania brasileira.

A grande dificuldade do recurso ao Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros, subordinado ao Departamento do Tesouro dos EUA, é que o organismo não tem prazo para analisar recursos. Mais:

José Cruz/Agência Brasil



Messias estará à frente dos esforços judiciais para excluir o ministro da lista de sancionados pela Lei

o OFAC atua sob a coordenação direta do secretário do Tesouro, Scott Bessent — que na nota na qual anunciava o enquadramento do ministro na Magnitsky deixou evidente o alinhamento com o presidente Donald Trump.

“Moraes foi nomeado para o STF em 2017 (e), desde então, tornou-se uma das figuras mais poderosas do Brasil, exercendo imensa autoridade por meio de sua supervisão de amplas investigações do STF. Investigou, processou e reprimiu aqueles que se envolveram em discursos protegidos pela Constituição dos EUA, submetendo

repetidamente as vítimas a longas prisões preventivas sem apresentar acusações. Por meio de suas ações como ministro do STF, Moraes minou os direitos de brasileiros e americanos à liberdade de expressão”, anotou Bessent.

## Repúdio

Outra frente a ser percorrida pela AGU é ir diretamente à Justiça dos EUA e, em paralelo, a organismos internacionais de defesa dos direitos humanos. Nos dois casos, um argumento de peso é a declaração do investidor britânico William

Browder, que em 2009 liderou uma campanha internacional que resultou na aprovação da Magnitsky pelo Congresso dos EUA. Assim que soube do enquadramento de Moraes, criticou a forma de aplicação da lei por Trump.

“Passei anos lutando para que a Lei Magnitsky fosse aprovada no intuito de acabar com a impunidade de graves violadores de direitos humanos e de cleptocratas. Até onde posso entender, o juiz brasileiro Moraes não se enquadra em nenhuma das duas categorias”, publicou, em seu perfil, no X (antigo Twitter).



Passei anos lutando para que a Magnitsky fosse aprovada no intuito de acabar com a impunidade de graves violadores de direitos humanos e de cleptocratas. O juiz brasileiro Moraes não se enquadra em nenhuma das duas categorias”

Publicação do investidor britânico William Browder, que liderou a campanha mundial para a adoção da Lei Magnitsky pelos EUA

Isso porque o ministro é considerado um inimigo dos EUA.

Pigott o classificou como um “juiz ativista”, que agiu politicamente ao restringir liberdades civis, inclusive de cidadãos e de empresas dos EUA. Em resposta a uma jornalista, na coletiva diária de imprensa, o porta-voz foi direto:

“Moraes é um juiz ativista, que abusou da sua autoridade engajando-se em um esforço politicamente motivado, projetado para silenciar os críticos políticos através da emissão de ordens secretas para plataformas on-line, incluindo empresas de mídia social dos EUA, banindo as contas de indivíduos por postarem discursos protegidos”, acusou.

Segundo Pigott, Moraes ultrapassou os limites da lei ao determinar prisões preventivas “injustas”. Responsabilizou-o, também, por implementar medidas que atingem questões relacionadas à liberdade de expressão, à luz da Constituição dos EUA.

“Os EUA não toleram atores estrangeiros malignos que abusam de suas posições de autoridade para minar a liberdade de expressão dos cidadãos norte-americanos”, salientou, dando a entender que outras autoridades brasileiras podem ser incluídas na Magnitsky.

“Não vou antecipar o que podemos ter em termos de anúncios de sanções, ou outras ações. O que posso dizer é apenas apontar para essa sanção e enfatizar, novamente, o quanto a sério levamos isso”, disse.

A inclusão na Magnitsky trará uma série de incômodos para Moraes. Apesar de ele não possua patrimônio nos EUA, corre o risco de não poder utilizar nenhum cartão de crédito de bandeira norte-americana que tenha convênio com bancos brasileiros.

## Lula reforça apoio a magistrado

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA  
» GABRIEL BOTELHO

Em um jantar ontem à noite, no Palácio da Alvorada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou o apoio do governo federal a Alexandre de Moraes. O encontro girou em torno do ministro sancionado pelo governo de Donald Trump ao ser incluído na lista da Lei Magnitsky e reuniu outros quatro integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF): Cristiano Zanin, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso, Flávio Dino — todos os membros da Corte foram convidados.

Compareceram, também, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, o advogado-geral da União, ministro Jorge Messias, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet. A ideia do jantar foi deixar claro que a inclusão de Moraes na lista dos sancionados pela Magnitsky foi, sobretudo, uma agressão à soberania brasileira e um ataque às instituições de Estado. Segundo informações de fontes ligadas ao governo, o encontro foi informal e não teve pronunciamento à imprensa, tampouco fotos ou nota sobre a reunião — que acabou por volta das 21h35.

## Sarney adverte: não se vai “atrás de doido”

» WAL LIMA  
» MAIARA MARINHO

Em evento do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), na quarta-feira, o ex-presidente José Sarney defendeu publicamente o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), sancionado com a Lei Magnitsky pelo governo dos Estados Unidos. E usou de ironia no apoio ao magistrado afirmando que não se pode correr “atrás de um doido” — referindo-se ao presidente norte-americano Donald Trump. Sarney classificou as medidas norte-americanas, que inclui também o tarifaço contra uma série de produtos exportados para os EUA, de “coisas absolutamente inaceitáveis”.

“Meu avô dizia: nunca corra atrás de um doido, porque você

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula reuniu ministros no Alvorada em jantar em torno de Moraes

Mais cedo, uma pesquisa de opinião realizada pelo Instituto Datafolha detectou que 57% da população brasileira acreditam que Trump está equivocado ao pedir a interrupção do julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro — réu no STF por tentativa de golpe de Estado.

A pesquisa também buscou verificar se os entrevistados veem perseguição por parte da Justiça brasileira contra Bolsonaro, como

Trump disse existir — e que está na raiz do tarifaço aos produtos brasileiros exportados para os EUA. Segundo a sondagem, 50% dos brasileiros acreditam que não, mas 45%, que sim — 5% restantes não opinaram.

O Datafolha ouviu 2.004 pessoas, com mais de 16 anos de 130 cidades distintas, entre 29 e 30 de julho. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) — que reúne as principais entidades de magistrados e membros do Ministério Público do Brasil — expressou preocupação com a decisão de enquadrar Moraes na Magnitsky. Em nota, destacou que a liberdade dos magistrados em decidir com base na Constituição e nas leis do país, sem interferências externas ou internas, é fundamental para a manutenção da democracia.

Segundo a Frentas, a inclusão do ministro na Magnitsky foi uma “tentativa de intimidação”. A entidade frisa que a sanção a Moraes “desrespeita as normas de convivência entre Estados soberanos, com um histórico de profunda amizade, e fragiliza todos os sistemas de Justiça comprometidos com a defesa da ordem democrática”.

Viadutos  
construídos  
ou reconstruídos,  
grandes obras  
de mobilidade  
e mais um pai  
que chega em  
casa mais cedo.

Oswaldo Diniz  
Morador de Santa Maria



Este GDF investiu em obras de mobilidade para melhorar o tráfego e reduzir o tempo no trânsito. Este GDF concluiu o Complexo Viário Governador Roriz, construiu o Túnel Rei Pelé, em Taguatinga, reformou o Buraco do Tatu e reconstruiu o Viaduto do Eixão Sul, que havia desabado. Além do viaduto do Eixão, foram entregues mais 11 viadutos. São eles: os viadutos do Setor Policial, Sobradinho, Riacho Fundo, Jardim Botânico, Recanto das Emas-Riacho Fundo II, Sudoeste e Itapoã-Paranoá.



SAIBA  
MAIS.

Este GDF foi lá e fez.

